



Património cultural da justiça: integrar a informação de biblioteca, arquivo e museus

Vitor M. Salgueiro^a, Luisa Proença^b, Rafael António^c

^aDiretor dos Serviços de Apoio Especializado, Recursos Documentais e Relações Públicas, Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, Portugal, vitor.m.salgueiro@sg.mj.pt

^bResponsável pelos Fundos Comunitários da Justiça no Gabinete da Secretaria de Estado da Justiça, Portugal, luisa.proenca@mj.gov.pt

^cConsultor, Portugal, rafael.antonio@sapo.pt

Resumo

A Justiça é detentora de um vasto, diversificado e importante património bibliográfico, arquivístico e museológico acumulado ao longo dos anos, que importa preservar, valorizar e disponibilizar ao Cidadão. Com esse propósito está em desenvolvimento, sob coordenação da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, o projeto PCOJ - *Património Cultural Online da Justiça* assente na valorização do património cultural, na implementação dos princípios da administração aberta e na continuidade da informação digital, vistas de forma integrada e potenciadora de sinergias. O estabelecimento de uma estratégia integrada para a gestão de bibliotecas, arquivos e museus e a constituição de catálogos coletivos visa assegurar a uniformidade e consistência da informação disponível aos utilizadores, valorizando o acesso ao conhecimento e a sua partilha por todas as comunidades de utilizadores, bem como a capacitação das equipas internas na manutenção das soluções e dos dados por elas geridos. A presente comunicação pretende não só divulgar os desenvolvimentos do referido projeto, mas sobretudo identificar e apresentar os aspetos inovadores do mesmo no contexto da Administração Pública Portuguesa.

Palavras-chave: Gestão de bibliotecas, Gestão de Arquivos, Gestão de museus, Administração Pública, Justiça

Introdução

A Justiça é atualmente detentora de um vasto e importante património bibliográfico, arquivístico e museológico, que importa conservar, valorizar e disponibilizar de forma acessível aos cidadãos, aproximando-os mais da sua história, princípios e práticas.

Em geral, a informação relativa a esse património é pouco estruturada e encontra-se dispersa geograficamente por todo o território nacional não estando facilmente disponível aos utilizadores que dela necessitam. Apesar de existirem orientações transversais, não existem modelos de gestão integrada do património em causa adequado nem as necessárias ferramentas para o operacionalizar.

De forma a responder a esta realidade foram inscritas no Plano Justiça + Próxima (PJMP) quatro medidas na área da preservação e divulgação do património cultural da Justiça nas vertentes bibliográficas, arquivística e museológica. A saber:

Medida 20 – Biblioteca Online da Justiça;

Medida 85 – Plano de Preservação Digital do Ministério da Justiça;

Medida 154 – Inventariação de espólio para a organização de núcleos museológicos da Justiça;

Medida 225 – Arquivo Histórico do Ministério da Justiça.

As medidas identificadas integram o projeto PCOJ – Património Cultural *Online* da Justiça, sob gestão e coordenação da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (SGMJ), o qual foi objeto de candidatura a fundos comunitários (Aviso 3/SAMA 2020/2016)

O estabelecimento de uma estratégia integrada para a gestão de bibliotecas, arquivos e museus e a constituição de catálogos coletivos visa assegurar a uniformidade e consistência da informação disponível aos utilizadores, valorizando o acesso ao conhecimento e a sua partilha por todas as comunidades de utilizadores, e a capacitação das equipas internas na manutenção das soluções e dos dados por elas geridos.

As tarefas envolvidas na seleção e difusão da informação adquirem por isso outro significado, ao serem integradas num processo de gestão comum e contribuírem para a obtenção de indicadores relevantes, que permitem melhorar a gestão das coleções, valorizar o desempenho de todos os colaboradores e facilitarem de forma determinante o acesso ao conhecimento.

No que respeita às bibliotecas trata-se da primeira experiência ao nível da Administração Pública, de integrar os diferentes catálogos individuais de cada organismo, até agora existentes, num catálogo coletivo da Justiça e conseguir uma gestão colaborativa dos recursos disponíveis, através da participação ativa e constante do GTBJ - Grupo de Trabalho das Bibliotecas da Justiça.

O Arquivo Histórico do Ministério da Justiça, da responsabilidade da SGMJ, passará a ficar disponível aos cidadãos. Para abranger a totalidade dos documentos dos vários serviços e organismos do Ministério da Justiça torna-se necessário uma colaboração ativa do GTAMJ - Grupo de Trabalho de Arquivos do Ministério da Justiça, através do levantamento e descrição dos vários acervos individuais e de acordo com normas nacionais e internacionais de arquivo.

Ao nível dos núcleos museológicos e apesar de já existir algum trabalho realizado em certos serviços e organismos da Justiça, é importante ajustar as diferentes descrições para compatibilizar as práticas de cada um e conseguir um catálogo comum a toda a Justiça. Neste contexto é fundamental o contributo do GTNMJ - Grupo de Trabalho dos Núcleos Museológicos.

No âmbito das iniciativas do PJMP para a transformação da Justiça, potenciada pela transformação digital e integrado nas medidas identificadas, foram selecionados para este efeito programas de código aberto respectivamente KOHA, AtoM e CollectiveAccess (CA) em alinhamento com a RCM 108/2017, de 2 de março. Funcionando totalmente em ambiente WEB, podem incluir ligação a objetos digitais de qualquer tipo que seja visualizado através de navegador HTML.

Por outro lado o esforço de desmaterialização do acesso aos conteúdos implica um forte investimento na produção de objetos digitais, facilitando o imediato acesso aos documentos ou imagens, através de um repositório centralizado que facilite as operações de preservação digital e garanta a sua disponibilização a longo prazo, independentemente das mudanças tecnológicas que venham a ocorrer.

Informação bibliográfica

No que respeita ao programa KOHA para bibliotecas, estão garantidas as características funcionais próprias de um sistema de gestão integrada de biblioteca que respeita as normas principais

(UNIMARC, Z29.50, ISO2709, OAI-PMH) e permite as boas práticas dos processos de gestão que lhe são inerentes: Aquisições, Assinaturas, Catalogação, Pesquisa e Empréstimos.

O sistema disponibiliza um conjunto de ferramentas de gestão e atualização de tabelas e relatórios parametrizáveis que permitam o acesso direto para obtenção de indicadores de gestão. É possível a importação ou atualização dos registos bibliográficos e de dados e imagens dos leitores através de fontes externas.

Informação arquivística

A descrição arquivística implica a necessidade de se facilitar uma descrição documental integrada e interligada, o que foi conseguido através do AtoM

A sua disposição funcional foi concebida em consonância com os objetivos e os elementos descritivos das normas do Conselho Internacional de Arquivo:

- Descrição Arquivística – ISAD (G);
- Registo de Autoridade – ISAAR (CPF);
- Descrição da Instituição – ISDIAH;
- Funções – ISDF.

Estão também disponíveis um conjunto de campos para a redação das informações gerais ou históricas concernentes às instituições detentoras de fundos arquivísticos, com vista à normalização e o controlo da informação relativa às entidades custodiantes bem como a outras (instituições culturais, famílias ou pessoas singulares) que lhe possam estar associadas.

Informação museológica

O inventário dos bens culturais exige uma adequação à realidade dos serviços e organismos da Justiça e das múltiplas características dos seus acervos, não se limitando a uma descrição simplificada das características de cada objeto. O ciclo de vida dos bens patrimoniais envolve diversas ações, desde a sua entrada no organismo até ao seu empréstimo ou abate, onde às operações de preservação, conservação e restauro se juntam todos os eventos que enriquecem o seu historial.

A escolha do programa de código aberto CA permite esta multiplicidade de visões onde, para além da descrição de objetos museológicos, se incluem todas as atividades de gestão envolvidas. Mesmo que, numa primeira fase, não seja possível completar toda a informação, esta deverá ser considerada na totalidade para que estejam previstos todos os principais conceitos a respeitar no futuro.

O CA permite implementar vários perfis para descrição em museus entre o quais o SPECTRUM da Collections Trust, uma organização que ajuda os museus a capturar e partilhar as informações que dão significado aos seus objetos. As suas recomendações são respeitadas internacionalmente, com vista a tornar acessíveis as coleções dos museus.

O SPECTRUM define todos os processos de negócio neste domínio, onde na sua versão mais atual (5.0) se incluem as seguintes atividades principais:

- Entrada de objetos;
- Aquisição e incorporação;

- Localização e movimentação;
- Inventário;
- Catalogação;
- Saída de objetos;
- Empréstimo;
- Documentação.

Daqui decorre um modelo de informação com os metadados adequados para modelar os vários processos e estabelecer o fluxo das tarefas que em grande parte já estão consideradas na arquitetura do CA, que tem disponível um perfil de configuração conforme estes princípios.

Desenvolvimentos do projeto

No âmbito da medida 20 – **Biblioteca Online da Justiça**, foram obtidos à data os seguintes resultados:

- Elaborado Diagnóstico às Bibliotecas da Justiça;
- Parametrizado o Koha para a catalogação em UNIMARC;
- Parametrizado e instalado piloto do repositório Koha;
- Migrados para instância KOHA cerca de 400.000 registos bibliográficos da Justiça;
- Disponibilizados no Repositório Digital da Justiça os catálogos bibliográficos da SGMJ, da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça, da Direção-Geral da Política da Justiça e do Conselho Superior da Magistratura.

No âmbito da medida 85 – **Plano de Preservação Digital do Ministério da Justiça**, foram obtidos à data os seguintes resultados:

- Efetuado levantamento dos processos de negócio do Ministério da Justiça.

No âmbito da medida 154 – **Inventariação de espólio para a organização de núcleos museológicos da Justiça**, foram obtidos à data os seguintes resultados:

- Preparada infraestrutura tecnológica em código aberto (*Collective Access*)
- Parametrizado e instalado piloto do repositório *Collective Access*;
- Elaborado Glossário para a Inventariação de Bens Museológicos da Justiça (v1);
- Elaborado modelo conceptual do *Collective Access* (v1).

No âmbito da medida 225 – **Arquivo Histórico do Ministério da Justiça**, foram obtidos à data os seguintes resultados:

- Elaborados Diagnósticos aos Arquivos Intermédios e Arquivos Definitivos do Ministério da Justiça;
- Migrados para instância AtoM a totalidade dos fundos arquivísticos custodiados pela SGMJ;
- Parametrizado e instalado o piloto do repositório AtoM com fundos arquivísticos custodiados pela SGMJ.

Conclusões

Com o projeto PCOJ - Património Cultural *Online* da Justiça, a SGMJ pretende desenvolver e manter uma estratégia integrada para a gestão das bibliotecas, dos arquivos e dos núcleos museológicos da Justiça alicerçada em normas internacionais e boas práticas e que garantam a preservação e comunicação do património cultural material e imaterial do universo da Justiça em todas as suas dimensões: judiciária, legislativa, científica/investigação e registral.

Essa estratégia visa assegurar a normalização e consistência da informação passível de ser divulgada ao cidadão valorizando o acesso democrático ao conhecimento e a sua partilha por todas as comunidades de interesse, garantindo ao mesmo tempo a capacitação das equipas internas na manutenção das soluções e dos dados por elas geridos.

Partindo do pressuposto que inovar não é inventar mas fazer diferente introduzindo novidade, o projeto em causa é “inovador” pela constituição de catálogos informativos únicos de natureza bibliográfica, arquivística e museológica alicerçados em normas internacionais de referência, pela preservação de objetos analógicos e digitais de acordo com referenciais tecnicamente aceites pelas comunidades de profissionais, pela rentabilização de recursos no tratamento de dados, pela divulgação de todo o acervo cultural da Justiça, mas sobretudo pela gestão integrada de recursos informativos com ele relacionados, permitindo às comunidades de utilizadores recuperar em simultâneo objetos do universo das bibliotecas, dos arquivos ou dos núcleos museológicos existentes na Justiça.

O sucesso do projeto pode permitir, caso assim seja entendido, a sua replicação em outros serviços e organismos da Administração Pública Portuguesa, em particular em Secretarias-Gerais da Administração Central do Estado, contribuindo para a divulgação de um património coletivo ilustrativo de vários períodos históricos, de práticas e princípios que orientaram a causa pública.

Referências bibliográficas

ISAAR (CPF). 2004, Conselho Internacional de Arquivos – Norma Internacional para os Registos de Autoridade relativos a Instituições, Pessoas Singulares e Famílias. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

ISAD (G). 2004, Conselho Internacional de Arquivos – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição. Estocolmo: Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISDIAH – Norma Internacional para descrição de instituições com acervo Arquivístico. [Em linha]. 1ª ed. Londres: Comitê de Boas Práticas e Normas, 2008. [Consult. 20 jul. 2018]. Disponível em <URL: https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_2008_Guidelines_ISDIAH_First-edition_PT.pdf>

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISDF – Norma Internacional para a Descrição de Funções. [Em linha]. Dresden: Comité de Boas Práticas e Normas, 2007. [Consult. 20 jul. 2018]. Disponível em [www <URL:http://www.ica.org/en/node/38667>](http://www.ica.org/en/node/38667)

DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS - Orientações para a Descrição Arquivística. [Em linha]. 2.ª versão. [Consult. 20 jul. 2018]. Disponível em [www <URL: http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/oda1_2_3.pdf>](http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/oda1_2_3.pdf)

GRUPO DE TRABALHO ATOM DA REDE DE ARQUIVOS DO ALGARVE - Atom Work in Progress. [Em linha]. [Consult. 20 jul. 2018]. Disponível em [www <URL:https://redearquivosdoalgarve.files.wordpress.com/2015/02/atom-work-in-progress_manual-de-utilizador.pdf>](http://www.redearquivosdoalgarve.files.wordpress.com/2015/02/atom-work-in-progress_manual-de-utilizador.pdf)

UNIMARC. 2008, IFLA - Manual UNIMARC: formato bibliográfico. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal;

UNIMARC. 2008, IFLA - Manual UNIMARC: formato autoridades. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal

ISO 14721:2012, International Organization for Standardization - Space data and information transfer systems -- Open archival information system (OAIS) -- Reference model

ISO 16363:2012, International Organization for Standardization - Space data and information transfer systems -- Audit and certification of trustworthy digital repositories;

ICOM-CIDOC Working Group Data Harvesting and Interchange - LIDO LIDO v1.0 - Lightweight Information Describing Objects. [Em linha]. [Consult. 20 jul. 2018]. Disponível em [www <URL:http://www.lido-schema.org/schema/v1.0/lido-v1.0-specification.pdf>](http://www.lido-schema.org/schema/v1.0/lido-v1.0-specification.pdf)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2017. D.R. I Série. 143 (17-07-26)

RAFAEL, ANTÓNIO - **Guia prático do ICA-AtoM**. Lisboa: CGTP-IN - Departamento de Cultura e Tempos Livres: IBC - Instituto Bento de Jesus Caraça, 2011

SPECTRUM 4.0. 2014, / Collections Trust - SPECTRUM 4.0: o padrão para gestão de coleções de museus do Reino Unido. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura; Associação de Amigos do Museu do Café ; Pinacoteca do Estado de São Paulo

COLLECTIONS TRUST - SPECTRUM 5.0. [Em linha]. [Consult. 20 jul. 2018]. Disponível em [www <URL:http://collectionstrust.org.uk/spectrum/spectrum-5>](http://collectionstrust.org.uk/spectrum/spectrum-5)